



**Estratégia**  
Carreira Jurídica

**3º SIMULADO INÉDITO:**

# **DELEGADO DA PCPR**



## INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso Delegado da PCPR.
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – O caderno de questões comentado estará disponível na área do aluno.

### PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-Delegado-PCPR-30-05-20>



Cartão de Respostas					
1	21	41	61	81	
2	22	42	62	82	
3	23	43	63	83	
4	24	44	64	84	
5	25	45	65	85	
6	26	46	66	86	
7	27	47	67	87	
8	28	48	68	88	
9	29	49	69	89	
10	30	50	70	90	
11	31	51	71	91	
12	32	52	72	92	
13	33	53	73	93	
14	34	54	74	94	
15	35	55	75	95	
16	36	56	76	96	
17	37	57	77	97	
18	38	58	78	98	
19	39	59	79	99	
20	40	60	80	100	

**PROVA OBJETIVA****DIREITO ADMINISTRATIVO**

Thállius Moraes

**01.** O serviço autônomo, criado por lei, detentor de personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, cuja função é executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada corresponde ao conceito legal de

- a) empresa pública.
- b) autarquia
- c) sociedade de economia mista.
- d) fundação pública.
- e) órgão público.

**02.** Acerca da centralização, descentralização e desconcentração administrativa, analise os seguintes itens como Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) Na centralização administrativa o ente político desempenha atribuições de sua titularidade, por meio de seus próprios órgãos e agentes.

( ) A descentralização administrativa se caracteriza pela transferência de competências no interior de uma mesma pessoa jurídica, de forma a torna mais ágil e eficiente a prestação de determinado serviço.

( ) A desconcentração administrativa é pautada por uma relação de subordinação hierárquica.

- a) V - V - V.
- b) V - V - F.
- c) F - F - V.
- d) V - F - V.
- e) F - V - V.

**03.** Considerando as regras constitucionais e jurisprudenciais acerca dos agentes públicos, assinale a alternativa correta.

a) A investidura nos cargos e empregos públicos sempre será feita mediante prévia aprovação em concurso público.

b) Os aprovados dentro do número de vagas previstas no edital sempre possuem direito subjetivo à nomeação.

c) Os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público estão previstos taxativamente na Constituição Federal.

d) É vedada a vinculação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

e) Para o cálculo do teto remuneratório serão levadas em consideração todas as verbas percebidas pelo servidor.

**04.** Considerando o tratamento jurisprudencial acerca dos concursos públicos pelos Tribunais Superiores, julgue os próximos itens.

I - Nos concursos públicos realizados para o preenchimento de cargos públicos, as etapas de provas e de títulos terão caráter classificatório e eliminatório.

II - A exigência de exame psicotécnico só é legítima se estiver prevista em lei, não bastando a mera previsão no edital.

III - A candidata gestante que, ante a gestação, estiver impossibilitada de realizar o TAF (teste de aptidão física) possui direito a remarcação dessa etapa, independente de tal possibilidade estiver prevista no edital.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) II.

### 3º Simulado - Delegado da PCPR 30/05

**05.** O poder que dispõe a Administração pública para rever a atuação de seus agentes e editar atos normativos internos, com o intuito de regulamentar sua organização e funcionamento, é uma decorrência do poder

- a) hierárquico.
- b) regulamentar.
- c) de polícia administrativa.
- d) disciplinar.
- e) revisional.

**06.** Acerca dos poderes da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) O poder regulamentar gera a possibilidade de instituição de direitos e obrigações por meio de atos administrativos de natureza originária.
- b) A aplicação de uma multa de trânsito é uma decorrência do poder disciplinar da Administração Pública.
- c) O poder hierárquico tem aplicação no exercício da atividade jurisdicional do Estado, cujo objetivo é evitar abusos e ilegalidades eventualmente praticados por juízes.
- d) A prerrogativa que é conferida a determinada autoridade para avocar temporariamente as atribuições de um agente subordinado decorre do poder disciplinar.
- e) A aplicação de penalidades aos servidores é uma decorrência mediata do poder hierárquico.

**07.** Acerca dos elementos dos atos administrativos, julgue verdadeiro (V) ou falso (F)

- ( ) A motivação reflete a situação fática e jurídica que justifica a prática do ato.
  - ( ) A competência, ou sujeito, trata da atribuição legal para a prática do ato.
  - ( ) Quando determinada autoridade praticar um ato visando beneficiar um conhecido, haverá um vício no elemento motivo do ato em questão.
- a) V - V - V.
  - b) F - V - V.
  - c) F - V - F.
  - d) F - F - F.

e) V - F - V.

**08.** Quando um ato administrativo houver completado seu ciclo de formação, estando apto para produção de seus efeitos, mas houver sido praticado em contrariedade ao ordenamento jurídico, estaremos diante de um ato

- a) concluído, perfeito e eficaz.
- b) perfeito, pendente e ilegal.
- c) complexo, consumado e inválido.
- d) constituído, composto e eficaz.
- e) perfeito, eficaz e inválido.

**09.** Acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) Serão convalidados os atos que apresentarem defeitos sanáveis, sendo aproveitados pela Administração, mesmo que tenham causado prejuízo a particulares.
- b) Admite-se a avocação temporária de competências ainda que se trata de um órgão ou autoridade que não esteja hierarquicamente subordinado
- c) A autoexecutoriedade é o atributo do ato administrativo por meio do qual as decisões da Administração Pública são impostas a terceiros, independentemente de sua anuência.
- d) A revogação é a forma de extinção do ato que ocorre quando o destinatário descumpre os requisitos para sua manutenção.
- e) A convalidação de um ato que possua defeitos sanáveis produzirá efeitos ex tunc.

**10.** A extinção de uma concessão, realizada por razões de interesse público e mediante prévia indenização, é denominada

- a) Encampação.
- b) Caducidade.
- c) Rescisão.
- d) Invalidação.
- e) Reintegração.

**11.** Acerca dos serviços públicos, analise os próximos itens.

I - A concessão de serviços públicos pode ser celebrada com uma pessoa jurídica ou com um consórcio de empresas.

II - A autorização de serviços públicos é realizada a título precário, podendo ser revogada a qualquer momento.

III - A taxa é utilizada em caso de serviços gerais, enquanto a tarifa se destina à contraprestação de serviços uti singuli.

IV - A atividade prestada por instituições de ensino escolar, por se caracterizarem como serviços públicos, exigem delegação para serem desempenhadas por particulares.

Está correto apenas o disposto em

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) III e IV.
- d) I e IV.
- e) II e III.

**12.** O controle judicial dos atos administrativos:

- a) pode ser realizado sobre atos administrativos vinculados e discricionários, no que tange ao seu mérito ou legalidade.
- b) pode incidir sobre atos administrativos vinculados, não recaindo sobre atos administrativos discricionários.
- c) será feito exclusivamente mediante provocação, não cabendo a análise judicial da legalidade de atos de ofício.
- d) pode recair sobre atos administrativos vinculados e discricionários, desde que esgotadas as instâncias de controle administrativo interno.
- e) poderá analisar a conveniência e oportunidade de atos praticados em contrariedade ao ordenamento jurídico.

**13.** Acerca do controle realizado pelos Tribunais de Contas, é correto afirmar que

- a) a função desempenhada pelo Tribunal de Contas possui uma natureza técnica, administrativa e jurisdicional.
- b) a fiscalização realizada pelos Tribunais de Contas não se restringe ao controle financeiro, abrangendo, também, a fiscalização contábil e orçamentária da Administração Pública, inclusive dos entes da Administração Indireta.
- c) o Tribunal de Contas da União possui competência para apreciar e julgar as contas do Presidente da República.
- d) a fiscalização realizada pelos Tribunais de Contas se limita ao controle financeiro, sendo vedada a fiscalização contábil e orçamentária das pessoas privadas que administre bens e valores públicos.
- e) o Tribunal de Contas integra a estrutura do Poder Judiciário, auxiliando o Poder Legislativo na fiscalização e controle financeiro.

**14.** Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa incorreta

- a) A responsabilidade do Estado poderá ser afastada quando a vítima for a única responsável pela ocorrência do evento danoso.
- b) Nem todos os entes da Administração Pública responderão de forma objetiva pelos danos decorrentes de condutas comissivas de seus agentes, nessa qualidade.
- c) O dever estatal de indenizar, por atos danosos praticados por seus agentes, abrange danos materiais, morais e à imagem.
- d) eventos de força maior, como uma tempestade, por exemplo, caracterizam-se por excluir o dever estatal de indenizar.
- e) havendo uma causa excludente da ilicitude penal da conduta do agente público, ficará afastada a responsabilidade civil do Estado.

**15.** O tema responsabilidade civil do Estado é permeado por diversas divergências, tanto no âmbito doutrinário quanto jurisprudencial. Levando em conta essas considerações, assinale a alternativa que demonstra a teoria adotada como prevalente do Direito Pátrio acerca do tema.

- a) Teoria do risco integral, que estabelece a responsabilidade objetiva do Estado, admitindo a alegação de excludentes.
- b) Teoria da falha do serviço, adotada em caso de condutas comissivas.
- c) Teoria da responsabilidade objetiva, adotada em caso de atos comissivos ou omissivos perpetrados por agentes públicos que lesionem terceiros.
- d) Teoria do risco administrativo, que sustenta a responsabilidade civil objetiva em caso de condutas comissivas.
- e) Teoria da responsabilidade objetiva, configurada mediante a comprovação de dolo ou culpa do agente público causador do dano.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Nelma Fontana**

**16.** Acerca do conceito e da classificação das constituições, assinale a opção correta.

- a) De acordo com o sentido Jurídico idealizado por Hans Kelsen, a Constituição é um sistema de normas jurídicas que regulam outras normas e dão validade a todo o ordenamento jurídico. A validade do Direito posto, nessa concepção jurídica, prima pela aceitação de valores sociais e morais de uma comunidade.
- b) As normas da atual Constituição brasileira são materialmente e formalmente constitucionais.
- c) Carl Schmitt idealizou o sentido político de Constituição, segundo o qual são normas constitucionais tudo o que estiver codificado numa lei organizadora do Estado, sem fazer qualquer distinção entre normas de cunho formal ou material.
- d) A palavra Constituição é recente, surgiu entre os Séculos XVI e XVII, após as Guerras Religiosas. Todavia, desde a Antiguidade, tem-

se a ideia de Constituição (concepção de organização de uma sociedade), mesmo sem leis escritas, como foi o caso dos Hebreus, por exemplo, que buscavam nas tábuas dos mandamentos e na orientação dos profetas as normas de sua organização.

e) A constituição, segundo a concepção política de Ferdinand Lassalle, corresponde a uma decisão política fundamental, de modo que é possível ter no Estado duas Constituições: uma real e efetiva e outra que é mera folha de papel.

**17.** Com relação ao poder constituinte e às normas constitucionais, assinale a opção correta.

- a) Uma proposta de emenda à Constituição para ser aprovada depende da aprovação em dois turnos de votação em cada Casa do Congresso Nacional, com quórum de maioria qualificada de dois terços em cada turno em cada Casa.
- b) Lei infraconstitucional anterior à Constituição será por esta recepcionada quando guardar compatibilidade material com a nova Constituição. A compatibilidade formal da lei com o novo texto constitucional é irrelevante.
- c) O Poder Constituinte utilizado na criação da Constituição Estadual é espécie de poder originário, com aplicação apenas estadual.
- d) Entende-se por mutação constitucional a mudança na redação da Constituição, para acrescentar ou retirar dispositivos.
- e) A Constituição Federal não poderá ser emenda durante o ano eleitoral. Trata-se de limitação circunstancial ao poder de reforma da Constituição.

**18.** A respeito de conceito, elementos, forma de Estado, sistema de governo e forma de governo, indique a única resposta INCORRETA.

- a) Em uma República, o governante deve ser eleito diretamente pelo povo.
- b) A forma federativa de Estado, no Brasil, constitui limitação material expressa ao poder de reforma da Constituição e não pode ser abolida nem mesmo por emenda à Constituição.
- c) Em decorrência do sistema presidencialista de governo, no Brasil, o Presidente da República

### 3º Simulado - Delegado da PCPR 30/05

acumula as funções de chefe de Estado e chefe de governo.

d) Em uma federação, a organização político-administrativa do Estado é descentralizada, de maneira que, no caso brasileiro, União, Estados, Distrito Federal e Municípios são autônomos, não havendo nenhum tipo de hierarquia entre os entes.

e) A República não foi consagrada expressamente pela Constituição Federal de 1988 como cláusula pétrea.

**19.** Acerca do controle de constitucionalidade, marque a alternativa INCORRETA.

a) Ao Supremo Tribunal Federal cabe processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República.

b) São legitimados para propositura da ação direta de inconstitucionalidade a Mesa da Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal e a confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

c) Comumente chamada de mandado de injunção, a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, é concedida na falta de regra regulamentadora que impossibilite o exercício de direitos fundamentais ou de prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania ou à cidadania.

d) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade.

e) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

**20.** No que se refere ao controle de constitucionalidade e às súmulas vinculantes, assinale a opção correta.

a) A Súmula Vinculante, a partir de sua publicação na imprensa oficial, vincula aos demais órgãos do Poder Judiciário, ao Executivo, ao Legislativo e à administração

pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

b) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de três quintos dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula vinculante, para dirimir controvérsia a respeito de determinada matéria.

c) Para que a ação declaratória de constitucionalidade seja admitida, será preciso demonstrar na petição inicial que existe controvérsia doutrinária ou judicial a respeito da interpretação ou da aplicação da lei ou do ato normativo federal ou estadual.

d) Por força do princípio da subsidiariedade, a arguição de descumprimento de preceito fundamental só será admitida se não couber, na hipótese, ação direta de inconstitucionalidade e nem ação declaratória de constitucionalidade.

e) Da decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade (ADI), não cabe recurso, exceto embargos declaratórios. Observado o prazo legal, para reformular o acórdão proferido em ADI, qualquer legitimado ativo da ação poderá apresentar ação rescisória.

**21.** Acerca do Poder Judiciário assinale a opção correta.

a) Compete aos Juízes Federais processar e julgar o litígio entre a União e o Estado do Paraná, uma vez que não há, na hipótese, conflito federativo a atrair a competência do Supremo Tribunal Federal.

b) Compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar, originariamente, a ação popular contra ato do Procurador-Geral da República.

c) Compete ao Tribunal de Justiça do Estado processar e julgar mandado de segurança em matéria trabalhista contra ato do Governador.

d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e município ou pessoa domiciliada ou residente no país.

e) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios, pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais

### 3º Simulado - Delegado da PCPR 30/05

de Justiça quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

**22.** Determinado deputado apresentou um projeto de lei para reduzir a alíquota de imposto de renda. O projeto foi votado em um único turno na Câmara dos Deputados, tendo atingido 230 votos favoráveis. Registraram presença na sessão 415 deputados federais. Seguiu para o Senado e foi votado também em um turno, com 49 votos favoráveis. Em seguida, o Presidente da República, no décimo dia útil do recebimento do projeto, vetou-o por vício de iniciativa, sob alegação de que projeto de lei sobre matéria tributária é de sua iniciativa privativa. A respeito do assunto, indique a alternativa INCORRETA.

a) Como o projeto de lei foi de iniciativa de deputado federal, a Casa Iniciadora, necessariamente, teria que ser a Câmara dos Deputados.

b) O quórum exigido para aprovar lei ordinária é o de maioria simples, razão pela qual o projeto foi regularmente aprovado nas duas Casas Legislativas.

c) O Presidente da República tem quinze dias úteis para sancionar ou vetar projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional.

d) A Constituição Federal, diferente do que se dá no processo legislativo das emendas, fixou um único turno, em cada Casa Legislativa, para votação de projetos de lei.

e) Projeto de lei sobre matéria tributária é da iniciativa privativa do Presidente da República, motivo pelo qual o veto foi acertado, dado o vício formal de iniciativa.

**23.** Sobre o estado de defesa e o estado de sítio, indique a assertiva correta.

a) O Presidente da República tem competência para decretar o estado de sítio nos casos de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

b) O estado de sítio não poderá ser decretado por mais de trinta dias, nem prorrogado, de cada vez, por prazo superior.

c) Diferente do que se dá nos casos de decretação do estado de defesa, o Presidente da

República deve ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.

d) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

e) Durante o estado de defesa, algumas medidas coercitivas poderão ser adotadas, dentre as quais a restrição ao direito de reunião, ainda que exercida no seio das associações, e a busca e apreensão em domicílio.

**24.** Acerca da ordem social, conforme disposto expressamente na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

a) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o direito à gratuidade da tarifa de transporte público dos idosos maiores de 65 anos é norma constitucional de eficácia limitada, de modo que sua aplicabilidade só se deu após a entrada em vigor do estatuto do idoso.

b) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, do subsolo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

c) A Constituição Federal assegura às universidades autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

d) A assistência social será prestada aos brasileiros integrados à previdência social e aos estrangeiros, na forma da lei.

e) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, o Cerrado, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional.

**25.** A respeito dos direitos de greve e de sindicalização, indique a assertiva correta, conforme posicionamento do Supremo Tribunal Federal e de acordo com o disposto na Constituição Federal.

a) Aos militares das Forças Armadas e aos militares estaduais são proibidas a sindicalização e a greve.

### 3º Simulado - Delegado da PCPR 30/05

b) O exercício do direito de greve por parte dos trabalhadores depende de regulamentação de lei infraconstitucional.

c) A Constituição Federal assegura expressamente o direito de greve aos servidores públicos, competindo a cada categoria decidir sobre a oportunidade de exercê-lo, independentemente de lei específica sobre a matéria, pois a norma tem aplicabilidade imediata.

d) Conforme posicionamento do Supremo Tribunal Federal, militares e policiais civis, federais e rodoviários federais não têm direito de greve e nem de sindicalização.

e) Diferentemente do que se aplica aos militares, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os policiais civis e federais, assim como os demais servidores públicos, gozam do direito de greve.

#### 26. A respeito do processo legislativo

a) Compete ao Presidente da República sancionar, promulgar e encaminhar à publicação leis e emendas à Constituição Federal.

b) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, não há hierarquia entre leis ordinárias e leis complementares. Entretanto, a lei complementar tem reserva constitucional de assunto e quórum mais alto de aprovação que a lei ordinária, de maneira que não cabe à constituição estadual atribuir à lei complementar assunto que a Lei Maior não fez a reserva.

c) A medida provisória tem prazo de validade de 60 dias, prorrogável por mais 60 dias. O prazo é contado da data de publicação da medida provisória e não sofre suspensão e nem interrupção.

d) No processo legislativo das leis, a discussão dos projetos tem início sempre na Câmara dos Deputados.

e) O Presidente da República, desde que tenha sido autorizado pelo Congresso Nacional, por Decreto Legislativo, pode elaborar leis delegadas.

27. Por iniciativa de deputado federal, foi apresentado ao Congresso Nacional projeto de lei complementar que objetiva a criação do Estado de Curitiba, a partir do desmembramento do Paraná. A respeito do assunto, indique a alternativa compatível com o disposto na Constituição Federal.

a) A Constituição Federal proíbe a secessão, motivo pelo qual o projeto de lei complementar deveria ser arquivado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

b) A votação do projeto pelo Congresso Nacional dependeria de autorização, por meio de plebiscito, da população brasileira.

c) A criação do Estado de Curitiba dependeria de divulgação dos Estudos de Viabilidade Estadual, apresentados e publicados na forma da lei.

d) O Estado de Curitiba poderia ser criado por lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional, após consulta prévia à população diretamente interessada, desde que o resultado do plebiscito fosse positivo.

e) O projeto de lei complementar destinado à criação de novos Estados é da iniciativa privativa do Presidente da República, razão pela qual há vício de iniciativa no processo legislativo que não pode ser convalidado pela sanção presidencial.

28. Em defesa de Direitos e Garantias Fundamentais, o instituto denominado de Estado de Coisas Inconstitucional (ICI) foi utilizado pelo Supremo Tribunal quando do julgamento da ADPF nº 347/DF, que tratou da crise do sistema carcerário brasileiro. A respeito desse assunto, indique a assertiva correta.

a) O Estado de Coisas Inconstitucional teve sua origem nas decisões da Corte Constitucional dos Estados Unidos, a partir da análise e constatação de violações pontuais e sistemáticas de direitos fundamentais.

b) O Estado de Coisas Inconstitucional tem por finalidade a construção de soluções estruturais destinadas à superação de violação massiva de direitos fundamentais das populações vulneráveis em razão da omissão ou ineficiência do Poder Público.

### 3º Simulado - Delegado da PCPR 30/05

c) O reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional não permite o ativismo judicial, isto é, não permite que o Judiciário ultrapasse o limite da independência e separação de Poderes, para determinar a fixação de políticas públicas e nem para ordenar que o Legislativo regulamente determinada matéria.

d) Para que se caracterize o denominado Estado de Coisas Inconstitucional é suficiente a omissão de apenas um órgão ou autoridade do Executivo, desde que causadora de ofensa a direito fundamental, uma vez que a responsabilidade pelas políticas públicas destinadas à implementação de direitos fundamentais é da instância administrativa.

e) A caracterização do ECI depende de grave, permanente e generalizada violação de diferentes direitos fundamentais, não sendo suficiente a infringência de um único direito, embora extensível a um número incontável de pessoas.

**29.** A respeito dos direitos políticos, indique a assertiva correta.

a) A soberania popular será exercida mediante sufrágio universal e por voto direto, secreto, com valor igual para todos. O sufrágio ativo corresponde ao exercício dos direitos políticos e o sufrágio negativo corresponde à restrição de exercício dos direitos de votar e/ou de ser votado.

b) João foi condenado por improbidade administrativa, de maneira que, como consequência, sofreu também a suspensão dos direitos políticos. Assim, no período da condenação, João não poderá concorrer a mandato eletivo e nem ocupar cargo ou emprego público, embora não esteja impedido de votar.

c) A condenação criminal transitada em julgado provoca a suspensão dos direitos políticos enquanto perdurarem os efeitos da condenação. Entretanto, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, se a pena privativa de liberdade for convertida em restritiva de direitos, não haverá impedimento de exercício dos direitos políticos.

d) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor um ano após a sua publicação. Essa garantia constitucional é conhecida como anterioridade eleitoral e constitui garantia individual do eleitor, sendo por isso considerada cláusula pétrea que não pode ser abolida nem mesmo por emenda à Constituição Federal.

e) A ação de impugnação de mandato eletivo deve tramitar em segredo de justiça e só poderá ser proposta perante a Justiça Federal no prazo de quinze dias contados da diplomação.

**30.** Uma proposta de emenda à Constituição (PEC) foi subscrita por 208 deputados federais e teve sua tramitação iniciada na Câmara dos Deputados. No primeiro turno de votação, recebeu 315 votos favoráveis e, no segundo turno, 308 votos. Tendo sido enviada ao Senado, o texto foi aprovado, sem alteração, em dois turnos de votação, por 60% do total de membros da Casa em cada turno. Em seguida, a emenda foi promulgada pelo Presidente da República e enviada à publicação. A respeito da narrativa, indique a alternativa correta.

a) Houve falha na iniciativa, uma vez que 208 deputados não são legitimados à propositura de PEC.

b) No Senado, a PEC não atingiu o quórum suficiente para ser aprovada.

c) O Presidente da República não tem competência para promulgar emenda e nem para enviá-la à publicação.

d) O processo legislativo transcorreu como determinado pela Constituição Federal e não apresentou nenhum vício formal.

e) A PEC deveria ter sido enviada ao Presidente da República para, no prazo de 15 dias úteis, se manifestar sancionando ou vetando.

**DIREITO PENAL****Michael Procópio**

**31.** Assinale a alternativa correta sobre as normas do Código Penal:

- a) O homicídio mercenário é majorado de um terço
- b) O veneno, qualificadora relacionada à forma de execução, incide apenas se utilizado de modo insidioso.
- c) No caso do homicídio praticado à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, cuida-se de hipóteses objetivas de se executar o delito, sendo cabível analogia, mesmo *in malam partem*, por permissivo legal.
- d) O crime sem motivo é qualificado, já que matar sem motivo é equivalente a motivo fútil, conforme jurisprudência pacífica do STJ.
- e) A qualificadora do feminicídio possui natureza objetiva, o que a torna compatível, em tese, com o homicídio privilegiado.

**32.** Assinale a alternativa correta sobre as normas do Código Penal:

- a) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- b) Considera-se praticado o crime no lugar da ação ou omissão, ainda que outro seja o lugar do resultado.
- c) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra o patrimônio, a honra ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público;
- d) O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo número de dias corridos.
- e) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

**33.** O Município de Londrina aprovou a Lei Municipal n. 525/2020, a qual prevê que os

moradores só podem sair de casa com utilização de máscaras de proteção, durante o período da pandemia. Determinada mulher tenta entrar no supermercado sem o uso do equipamento de proteção. Orientada pelo gerente, que lhe oferece uma máscara, ela se recusa, diz que possui direito de ir e vir, e tenta ingressar no estabelecimento da mesma forma. Os seguranças do estabelecimento, então, a impedem de ingressar e acionam a Polícia Militar. Neste caso:

- a) O gerente é autor e os vigilantes são partícipes do crime de constrangimento ilegal.
- b) O gerente e os vigilantes são coautores de constrangimento ilegal.
- c) A mulher cometeu o delito de perigo de contágio de moléstia grave.
- d) A mulher cometeu o delito de infração de medida sanitária preventiva.
- e) Ninguém cometeu fato típico, considerando a ausência de subsunção de suas condutas aos tipos penais existentes.

**34.** João e Mário, versados na prática de delitos patrimoniais, resolvem, no pico da pandemia de Covid-19, subtrair respiradores que, como sabiam previamente, chegariam às 11 horas de 29 de maio ao Hospital Municipal de Cascavel, transferido de outro estabelecimento público de saúde, por necessidade de remanejamento, dada a calamidade naquele local. Nenhum dos dois é servidor público, tendo conseguido a informação ouvindo a conversa de uma enfermeira, que é vizinha deles, com a sua mãe sobre o trabalho que executaria naquele dia. Neste caso:

- a) Praticaram a conduta de peculato, considerando que a condição pessoal, da enfermeira, comunica-se a todos por ser elementar do crime.
- b) Realizaram o crime de furto, qualificado pelo concurso de pessoas.
- c) Cometeram o crime de furto qualificado pelo concurso e majorado por atingir o patrimônio municipal.
- d) Praticaram o delito de subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento.
- e) Incorreram no crime de omissão de socorro, na forma omissiva por comissão.

### 3º Simulado - Delegado da PCPR 30/05

35. João estava fazendo um cruzeiro com sua amada, Rosa, quando o navio ancorou próximo à Ilha do Mel. Neste momento, o navio começou a afundar. Os dois começaram a nadar e, sem muita técnica, conseguiram encontrar uma única boia, pequena, flutuando, momento em que o amor acabou. Lutaram por aquela boia, o que levou Rosa a ser afastada da boia por João. Por isso, ela morreu afogada.

Quando João foi socorrido, o resgate informou que a boia suportava duas pessoas com certeza. Neste caso:

a) Conforme a teoria limitada da culpabilidade, temos um caso a ser tratado como erro de tipo permissivo, pois João imaginava estar coberto por uma excludente de ilicitude. Por isso, se o erro for considerado evitável, ele poderá responder por homicídio culposo.

b) Nos termos da teoria limitada da culpabilidade, o caso deve ser tratado como erro de tipo permissivo, pois João imaginava estar coberto por uma excludente de ilicitude. Por isso, se o erro for considerado evitável, ele deverá ter a pena diminuída de um terço a dois terços.

c) Segundo a teoria normativa pura, o erro deve ser tratado como erro de tipo. Se escusável, o agente não responde, pois ficam afastados o dolo e a culpa. Se inescusável, o agente responde pela modalidade culposa do delito.

d) Consoante a teoria normativa pura, temos um nítido caso de exclusão da culpabilidade, por ausência de potencial consciência da ilicitude. Trazida por Hans Welzel, com o advento do finalismo, é adotada pela maioria da doutrina como sendo a que se extrai da Parte Geral do Código, após a Reforma de 1984. Se evitável o erro, o agente responde, mas com causa de diminuição de pena, de um sexto a um terço.

e) No caso, temos *aberratio ictus*, o que leva o agente a responder pelo homicídio doloso, ainda que não quisesse matar Rosa.

36. Analise as seguintes assertivas sobre o concurso de crimes:

I – Nos delitos dolosos, cometidos com violência ou grave ameaça contra vítimas diferentes, poderá o juiz, considerando a culpabilidade, os

antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo.

II – Sobre a continuidade delitiva, o Código Penal Brasileiro adotou a teoria objetivo-subjetiva na qual exige a presença de requisitos do art. 71 do Código Penal e unidade de desígnios. O STJ interpreta a lei penal do mesmo modo, exigindo os elementos expressões para configuração do crime continuado.

III – No caso de pluralidade delitiva, deve-se adotar, na determinação da pena, o sistema da exasperação, quando se tratar de casos de concurso formal imperfeito.

IV – A continuidade delitiva (crime continuado) pode ser reconhecida quando se tratar de delitos de mesma espécie ocorridos em comarcas limítrofes ou próximas.

Está(ão) correta(s) a(s) seguinte(s) assertiva(s):

a) I, II e III.

b) I e IV.

c) II e IV.

d) II e III.

e) III e IV.

37. João tomou posse como Delegado na cidade de Curitiba, onde havia passado toda a sua vida. Recebeu um ofício do Ministério Público, requerendo a investigação por malversação de verbas públicas. Logo em seguida, ele se recordou de que o prefeito era amigo de sua família de longa data, sendo tomado por sentimento pessoal de gratidão e ficou pensando na gratidão que possuía pela família do prefeito.

Considerando que João praticou as diligências de forma indevida, transgredindo normas de serviço, para evitar a descoberta de eventuais crimes cometidos. A sua conduta configura:

a) O crime de concussão.

b) O delito de prevaricação.

c) Ato penalmente atípico, mas possivelmente configurador de improbidade administrativa.

### 3º Simulado - Delegado da PCPR 30/05

d) O crime de corrupção passiva, na forma privilegiada.

e) O crime de corrupção passiva, na modalidade majorada.

**38.** Assinale a opção incorreta sobre prescrição:

a) No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente. Deste modo, quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.

b) As penas mais leves prescrevem com as mais graves.

c) A prescrição de modalidade intercorrente não recebe o acréscimo de um terço no caso de o réu ser reincidente.

d) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, previstos neste Código ou em legislação especial, da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal.

e) É posição pacífica na jurisprudência dos Tribunais Superiores que a injúria qualificada por elementos de racismo não se confunde com os crimes de racismo, previstos na Lei 7.716/89, sendo somente os últimos considerados imprescritíveis.

**39.** Sobre os princípios do Direito Penal, assinale a alternativa correta:

a) O princípio da fragmentariedade determina que o Direito Penal só deve considerar criminoso um fato que contrarie o sentimento de justiça da comunidade. As condutas socialmente aceitas e que não afrontam a Constituição Federal devem ser excluídas do âmbito da norma.

b) O princípio da transcendentalidade preconiza não haver crime sem culpabilidade. Isto é, não haver responsabilidade penal sem dolo ou culpa. Também é denominado princípio da responsabilidade subjetiva, em oposição à responsabilidade penal objetiva, vedada em nosso ordenamento jurídico.

c) O princípio da intervenção mínima preconiza que só se deve criminalizar uma conduta se houver necessidade para a proteção do bem jurídico. O Direito Penal só deve atuar se os outros meios de controle social foram insuficientes, possuindo, portanto, caráter subsidiário, de *ultima ratio*. Dele decorrem os princípios da subsidiariedade e da fragmentariedade.

d) Segundo o princípio da subsidiariedade, o Direito Penal não pode trazer a incriminação de uma atitude interna; de uma conduta que não exceda o âmbito do próprio autor; de simples estados ou condições existenciais nem de condutas desviadas que não afetem qualquer bem jurídico.

e) Consoante prevê o princípio da coculpabilidade, há uma exigência de se respeitar a proporção entre a conduta praticada e a pessoa do autor. Veda-se, assim, a padronização de punições. Não pode haver uma pena padrão para todos aqueles que cometem homicídio, mas sim uma consideração das circunstâncias específicas de cada fato e a imposição de uma pena individualizada para cada agente.

**40.** Romeu Gatuno alterou o medido de fornecimento de energia elétrica de sua residência, passando a pagar metade do que deveria pagar pelo consumo efetivo desde o mês de fevereiro de 2020. Descoberta a trama e dado o enquadramento, pelo Delegado de Polícia, conforme a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta:

a) Se ele for primário e o valor do prejuízo for considerado pequeno, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um sexto a um terço, ou aplicar somente a pena de multa.

b) Caso o fornecimento de energia elétrica seja realizado por meio de empresa pública, a ação penal será pública incondicionada.

c) É cabível a aplicação da majorante do repouso noturno, caso a adulteração tenha ocorrido à noite.

d) Sendo vítima uma pessoa jurídica constituída de capital privado, a ação penal será pública

### 3º Simulado - Delegado da PCPR 30/05

incondicionada, por ser prestadora de serviço público.

e) Caso a esposa de João o tenha auxiliado na trama, o crime será qualificado pelo concurso de agentes.

**41.** Sobre os crimes contra a organização do trabalho, assinale a alternativa correta:

a) Incorre nas penas do crime de aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional aquele que recruta trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, sem assegurar condições do seu retorno ao local de origem.

b) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a não celebrar contrato de trabalho configura o crime do artigo 198 do CP, denominado de atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta.

c) O delito de participar de abandono coletivo de trabalho, praticando violência contra pessoa ou contra coisa, previsto no artigo 200 do Código Penal, exige no mínimo dois empregados.

d) Quem se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho comete o crime de frustração de direito assegurado em lei trabalhista, previsto no artigo 203 do CP.

e) Exercer atividade, de que está impedido por decisão administrativa, configura o crime de desobediência.

**42.** Mário Encrenca, após ter brigado fisicamente com sua esposa, resolve matá-la, já que considerava seu comportamento impróprio, pelas roupas que ela usava. Entretanto, resolve fazer isso quando ela, após o seu expediente como Investigadora de Polícia, estiver saindo do café ao lado da delegacia, como de praxe. Pretendia atirar de longe, para não ser punido. Então, faz os disparos de seu carro, estacionado próximo ao café, e atinge o Delegado Firmino, que estava tomando café com a Investigadora, por falha de pontaria. Firmino, cujo expediente ainda não se

encerrara, morre em decorrências dos ferimentos advindos dos disparos.

Considerando a sistemática do Código Penal sobre tal situação, assinale a alternativa correta:

a) Mário responderá por homicídio funcional, previsto no artigo 121, VII, do CP, por ter matado um Delegado no exercício de suas funções.

b) Houve *aberratio criminis*, devendo Mário responder por homicídio culposo.

c) Mário responderá por feminicídio, em virtude de *aberratio ictus*.

d) Mário agiu com erro de tipo essencial, devendo responder pela modalidade culposa do delito.

e) Mário errou no uso dos meios de execução, devendo responder pelo homicídio funcional, previsto no artigo 121, VII, do CP.

**43.** Cesar Malus agride seu filho, de 8 anos, com um soco forte no seu rosto, em um momento de descontrole emocional. O menino desmaia e ele pensa que ele morreu. Então, resolve jogar o filho da sacada, simulando um acidente. Com a queda, o filho morre. Cesar deve responder por:

a) Homicídio tentado, considerando que o elemento subjetivo não abrangeu o resultado.

b) Homicídio consumado, com base no dolo geral.

c) Lesões corporais, dada a vedação de responsabilidade penal objetiva.

d) Homicídio consumado, em razão do *aberratio ictus*.

e) Homicídio tentado, considerando o rompimento do nexa causal.

**44.** Sobre a desistência voluntária e o arrependimento eficaz, assinale a alternativa correta:

a) São conhecidos como ponte de ouro e de prata, na denominação de Franz Von Liszt.

b) O crime não deve ter sido cometido com violência, mas é possível a aplicação do instituto em caso de grave ameaça.

### 3º Simulado - Delegado da PCPR 30/05

- c) A conduta do agente deve ser voluntária, não sendo necessário que seja espontânea.
- d) A desistência voluntária se refere ao fim dos atos executórios e antes da efetiva consumação. Já o arrependimento eficaz se relaciona ao período anterior ao término de realização dos atos executórios pelo agente.
- e) São hipóteses denominadas de tentativa qualificada ou quase-crime.

**45.** Assinale a alternativa que não representa entendimento consolidado dos Tribunais Superiores:

- a) Comprovado não ter havido fraude, não se configura o crime de emissão de cheque sem fundos.
- b) O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, não obsta ao prosseguimento da ação penal.
- c) Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.
- d) Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto.
- e) O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo previsto para as penas privativas de liberdade, atualmente de 40 anos.

#### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**Priscila Silveira**

**46.** Sobre os sistemas processuais, assinale a alternativa correta:

- a) são características do sistema processual acusatório: a imparcialidade, o contraditório, o sigilo e o juiz como gestor da prova.
- b) juiz imparcial, partes com iguais oportunidades no processo e a confissão como prova absoluta, são características do sistema acusatório.

c) No sistema processual inquisitivo, o processo é público e as funções de acusação e julgamento são atribuídas a pessoas distintas.

d) O sistema misto ou francês, adotado no Brasil, segundo Eugênio Pacelli: "(...) a jurisdição também se iniciaria na fase de investigação, e sob a presidência de um magistrado – os Juizados de Instrução –, tal como ocorre no sistema inquisitório. No entanto, a acusação criminal ficava a cargo de outro órgão (o Ministério Público) que não o juiz, característica já essencial do sistema acusatório.

e) no sistema acusatório, o princípio do contraditório deverá ser observado ao longo de todo o processo, não se admitindo seu afastamento antes de ser proferido qualquer ato decisório, sob pena de cerceamento de defesa.

**47.** Acerca de princípios no processo penal, assinale a opção correta.

- a) É absoluta a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha.
- b) As provas obtidas por meios ilícitos não podem ser admitidas, em nenhuma hipótese, no processo.
- c) Em face do princípio do juiz natural, é inadmissível o desaforamento de julgamentos do tribunal do júri, sendo admitido apenas se houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou segurança do acusado.
- d) O princípio da não autoincriminação garante o direito ao silêncio do acusado, abrangendo inclusive a sua qualificação.
- e) É lícita a realização de gravação ambiental por um dos interlocutores sem conhecimento do outro.

**48.** Sobre a aplicação da lei processual, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) a lei processual penal será aplicada imediatamente aos processos em curso, mantendo-se, todavia, os atos praticados sob a égide da lei anterior.

### 3º Simulado - Delegado da PCPR 30/05

b) Se o inquérito for arquivado por falta de fundamentos para a denúncia, é vedado que a autoridade policial possa dar continuidade à investigação se tiver notícia de outras provas.

c) Não será aplicada a lei processual penal aos processos de competência da Justiça Militar.

d) No tocante à aplicação da lei processual penal no tempo, o Brasil adota o sistema do isolamento dos atos processuais.

e) Na hipótese de normas processuais mistas ou híbridas, aplica-se a retroatividade da lei mais benéfica.

**49.** No tocante à investigação criminal, é correto afirmar que:

a) O inquérito, nos crimes de ação penal privada, pode ser instaurado de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.

b) Diante do caráter inquisitivo do inquérito policial, o indiciado ou o eventual ofendido, não poderão requerer a realização de diligências durante a fase de investigações;

c) Após a competente autorização judicial, a autoridade policial poderá determinar que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias.

d) Nos crimes de ação pública incondicionada, o inquérito policial poder ser iniciado de ofício, pela autoridade policial.

e) O advogado não poderá examinar aos autos do inquérito policial, uma vez que tenha sido decretado o seu sigilo.

**50.** Acerca da Ação penal, é incorreto afirmar que:

a) São condições da ação para o Código de Processo Penal: a possibilidade jurídica do pedido, o interesse de agir e a legitimidade de partes.

b) A composição dos danos civis homologada pelo juízo, no caso de infração de menor potencial ofensivo, não acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

c) O perdão do querelante a um dos querelados, acarreta a sua extinção da punibilidade, desde que aceito.

d) O prazo para oferecimento da denúncia nos crimes contra a propriedade imaterial, estando o réu preso em flagrante, será de 8 dias.

e) A ação penal relativa ao crime de ameaça resultante de violência doméstica contra a mulher é pública condicionada à representação.

**51.** Segundo Nestor Távora e Rosmar Alencar, “é a possibilidade de militarem no polo ativo, em conjunto, o Ministério Público e o querelante, nos casos onde houver hipótese de conexão ou continência entre crimes de ação penal de iniciativa pública e de ação penal de iniciativa privada.” O referido conceito diz respeito à:

a) Ação de prevenção penal.

b) Ação penal por extensão.

c) Ação penal adesiva.

d) Ação penal popular.

e) Ação penal de segundo grau.

**52.** Sobre os temas prisão e liberdade, é correto afirmar:

a) Sendo praticada uma contravenção penal, no âmbito de violência doméstica, é motivo idôneo para justificar a prisão preventiva do réu.

b) É vedado o uso de algemas em mulheres grávidas durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, bem como em mulheres durante o período de puerpério imediato.

c) O juiz pode substituir a prisão preventiva pela domiciliar a uma pessoa que tenha setenta e oito anos de idade condenada pela prática do crime de estelionato.

d) é cabível a substituição da prisão preventiva pela domiciliar a um homem que, condenado pelo crime de corrupção passiva, seja o único responsável pelos cuidados do seu filho de 13 anos de idade.

e) Segundo entendimento sumulado do STF, o uso de algemas ensejará responsabilidade disciplinar, civil e penal da autoridade que o determinar, ainda que seja justificado.

### 3º Simulado - Delegado da PCPR 30/05

53. Sobre a prisão em flagrante, é correto afirmar:

- a) Na ação penal pública condicionada, a lavratura do auto de prisão não está condicionada à manifestação do ofendido.
- b) É vedada a prisão em flagrante, nos crimes de ação penal privada, quando não há o requerimento do ofendido.
- c) Conforme entendimento jurisprudencial, caso haja dúvida acerca da condição de guardião dos filhos, pode o juiz solicitar laudo social, desde que já efetive a medida em favor da mulher presa.
- d) O quebramento injustificado da fiança importará na perda da totalidade do seu valor, cabendo ao juiz decidir sobre a imposição de outras medidas cautelares ou, se for o caso, a decretação da prisão preventiva.
- e) Segundo o art. 302 do CPP, considera-se em flagrante delito quem é encontrado com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

54. No tocante às questões e processos incidentes, é correto afirmar:

- a) O arresto de bem imóvel será revogado se a inscrição da hipoteca legal não for promovida em 30 (trinta) dias.
- b) Da decisão proferida no incidente de falsidade caberá recurso em sentido estrito.
- c) Se o incidente de verificação de sanidade mental concluir pela inimputabilidade do denunciado, em virtude de doença mental, sobrevinda no curso do processo penal, o processo será extinto sem julgamento do mérito, com aplicação de medida de segurança.
- d) As exceções serão processadas em autos apartados e suspenderão, em regra, o andamento da ação penal.
- e) Se a decisão sobre a existência da infração depender da solução de controvérsia, que o juiz repute séria e fundada, sobre o estado civil das pessoas, será facultado ao juiz a decretação da suspensão da ação penal até que no juízo cível seja a controvérsia dirimida por sentença passada em julgado, sem prejuízo, entretanto, da inquirição das testemunhas e de outras provas de natureza urgente.

55. Segundo o art. 158, parágrafo único, do CPP, dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime:

- a) hediondo.
- b) cometido por idoso.
- c) que envolva violência doméstica e familiar contra mulher.
- d) cometido por pessoa com deficiência.
- e) praticado contra adolescente.

56. Diante das previsões contidas no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- a) Da decisão que inadmitir a habilitação a assistente da acusação caberá recurso em sentido estrito.
- b) Uma vez proferida a sentença, não caberá mais a habilitação do assistente de acusação.
- c) Diante da nomeação judicial de núcleo de prática jurídica para patrocinar a defesa de réu, é necessário que a procuração seja outorgada por ele.
- d) No tocante aos juízes, eles se darão por suspeitos, e, se não o fizerem, poderão ser recusados por qualquer das partes, se tiverem aconselhado qualquer delas.
- e) Os órgãos do Ministério Público estão impedidos de atuar nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o quarto grau, inclusive.

57. Será cabível a absolvição sumária, exceto:

- a) a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato;
- b) a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade;
- c) faltar justa causa para o exercício da ação penal.
- d) que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou
- e) extinta a punibilidade do agente.

### 3º Simulado - Delegado da PCPR 30/05

**58.** Assinale afirmativa INCORRETA, de acordo com entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal:

- a) A competência especial por prerrogativa de função não se estende ao crime cometido após a cessação definitiva do exercício funcional.
- b) Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.
- c) A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.
- d) A competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau.
- e) É absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.

**59.** No tocante ao Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta:

- a) Se os jurados absolverem o acusado do crime de homicídio, persistirá a competência deles para julgar demais crimes conexos que existirem.
- b) Salvo motivo relevante que autorize alteração na ordem dos julgamentos do tribunal do júri, terão preferência: I- os acusados presos por crimes hediondos; II - dentre os acusados presos, aqueles que estiverem há mais tempo na prisão; III - em igualdade de condições, os precedentemente pronunciados.
- c) Não cabe o desaforamento em razão do comprovado excesso de serviço.
- d) Os vereadores possuem a prerrogativa de serem isentos do serviço como jurado no Tribunal do Júri.
- e) Acarreta a nulidade do julgamento, a instalação da sessão de julgamento sem o número mínimo legal de vinte e cinco jurados.

**60.** Sobre os Recursos e meios autônomos de impugnação, assinale a alternativa incorreta:

- a) O juiz, se julgar necessário, recebida a petição de habeas corpus e estiver preso o paciente, mandará que este lhe seja imediatamente apresentado em dia e hora que designar.
- b) O recurso cabível para a decisão que rejeita a denúncia é a apelação
- c) Não cabe "habeas corpus" contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
- d) A revisão criminal não está sujeita a prazo.
- e) O STJ tem entendido que, mesmo com o advento do novo Código de Processo Civil, os prazos no âmbito penal não devem ser computados apenas nos dias úteis.

#### LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

**61.** Nos termos da Lei 9.099/95, que trata do rito comum sumaríssimo, ao autor do fato típico definido como infração penal de menor potencial ofensivo, após a lavratura do termo circunstanciado, caso se comprometa a comparecer junto ao Juizado Especial Criminal, não se imporá prisão em flagrante,

- a) a menos que o agente seja reincidente.
- b) a menos que se recuse a ressarcir a vítima.
- c) a menos que tenha maus antecedentes.
- d) a menos que não caiba liberdade provisória.
- e) nem se exigirá fiança.

**62.** A Investigação Criminal Conduzida pelo Delegado de Polícia recebeu tratamento específico em nossa legislação especial. A respeito dessa lei, assinale a alternativa correta.

- a) A Lei dispõe apenas sobre a presidência do inquérito feita pelo delegado.
- b) Para o cargo de delegado de polícia, não é necessário curso superior, bastando 3 anos de atividade policial prévia.
- c) O delegado de polícia possui o monopólio da apuração de infrações penais.

### 3º Simulado - Delegado da PCPR 30/05

d) A inamovibilidade do delegado é um direito absoluto.

e) O cargo de delegado de polícia é privativo de bacharel em Direito.

**63.** Por razões cautelares, o delegado de polícia da comarca Y, sem autorização do juiz que estava de férias, interceptou por 14 dias as conversas telefônicas do traficante de drogas de sua circunscrição. Diante dessa situação, é correto afirmar que o delegado

a) agiu corretamente, considerando a cautelaridade da medida.

b) praticou crime previsto na Lei das interceptações telefônicas.

c) agiu corretamente, considerando que a interceptação de comunicações telefônicas deve ser feita de ofício quando não houver juiz na Comarca.

d) não agiu corretamente, porque a interceptação de comunicação telefônica não pode durar mais do que 10 dias.

e) não agiu corretamente, porque nesse caso é o representante do Parquet que detém a competência cautelar para determinar a medida.

**64.** No que concerne à colaboração premiada, expressamente prevista na Lei das Organizações Criminosas (Lei 12.850/2013), O juiz poderá, a requerimento das partes, exceto:

a) conceder o perdão judicial.

b) reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade.

c) substituir a pena privativa de liberdade por prestação de serviços à comunidade.

d) substituir a pena privativa de liberdade por prestação pecuniária.

e) aplicar apenas a pena de multa.

**65.** Qual das alternativas abaixo não apresenta um princípio legal expresso que rege o rito comum sumaríssimo:

a) eficiência.

b) informalidade.

c) celeridade.

d) economia processual.

e) oralidade.

**66.** De acordo com a Lei 7.960/89, apenas uma das alternativas abaixo não contempla uma hipótese legal válida de cabimento dessa espécie de prisão cautelar. Indique a alternativa especificada:

a) quando imprescindível para as investigações do inquérito policial.

b) quando o indiciado não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.

c) quando houver necessidade de garantir a ordem pública.

d) quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado em alguns crimes expressamente citados no texto da Lei 7.960/90.

e) quando o indiciado não tiver residência fixa.

**67.** O crime do artigo 16 - posse ou porte de arma de fogo de uso proibido -, previsto na Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento):

a) é inafiançável por força da lei de armas.

b) é crime hediondo expressamente previsto na Lei 8.072/90.

c) se trata de crime próprio.

d) caracteriza contravenção penal se a autorização para o porte estiver vencida.

e) deve ser aplicado, inclusive, para armas brancas impróprias.

**68.** A respeito da Lei 11.340/2006, assinale a alternativa em que não se aplica a Lei Maria da Penha:

a) o ex-noivo agride fisicamente a mulher por ser torcedora de outra agremiação esportiva no ginásio poliesportivo da cidade.

b) a mãe agride a filha em seu ambiente doméstico por não ter lavado a louça corretamente.

### 3º Simulado - Delegado da PCPR 30/05

- c) a irmã de 25 anos agride a irmã de 13 anos por usar a roupa dela e deixar suja.
- d) um motorista pratica feminicídio contra mulher em uma briga de trânsito, por menosprezo à condição de mulher da vítima.
- e) Um namorado agride fisicamente a namorada por ciúmes, após descobrir ter sido traído com seu melhor amigo.

**69.** São características penais e processuais penais das contravenções penais:

- a) admitir prisão simples ou pena isolada de multa.
- b) punir a tentativa.
- c) admitir a extraterritorialidade da lei penal.
- d) possuir limite de 30 anos de cumprimento de pena.
- e) a justiça competente ser a comum estadual ou federal.

**70.** São requisitos para a aplicação da Lei de Violência Doméstica e familiar contra a mulher (Lei 11.340/2006), exceto:

- a) a vítima ser mulher no conceito jurídico.
- b) existir vulnerabilidade da vítima, quando a agressora for irmã e mulher também.
- c) estar a mulher no âmbito doméstico.
- d) estar a mulher em relacionamento sério com o agressor, exigindo-se a coabitação para a aplicação da lei.
- e) estar a mulher em seu ambiente doméstico, não importando se o agressor possui ou não relação íntima de afeto com a vítima.

**71.** Nos termos da Lei de Identificação Criminal (Lei 12.037/2009) qual das alternativas abaixo não caracteriza uma forma de identificação:

- a) dactiloscopia.
- b) documental.
- c) fotográfica.
- d) genética.
- e) visual.

**72.** Em investigação direta feita pelo Ministério Público, o promotor de justiça toma conhecimento de lavagem de dinheiro feita por uma associação criminosa na cidade de sua competência funcional. Por razões cautelares, intercepta as conversas telefônicas do líder da associação criminosa sem requerer a autorização do juiz. Com relação a essa conduta, é correto afirmar que o promotor

- a) agiu corretamente, considerando a cautelaridade da medida.
- b) incorreu no crime previsto no artigo 10 da Lei das interceptações telefônicas.
- c) agiu corretamente, considerando que a interceptação de comunicações telefônicas pode ser a primeira opção como meio de obtenção de prova.
- d) não agiu corretamente, porque a interceptação de comunicação telefônica não pode ser determinada no curso da investigação.
- e) não agiu corretamente, porque deveria ter submetido a análise da necessidade dessa prova ao delegado que preside as investigações preliminares.

**73.** Assinale a alternativa que não apresenta uma circunstância agravante para delitos tipificados no Código de Defesa do Consumidor.

- a) dissimular-se a natureza ilícita do procedimento.
- b) quando cometidos por servidor público, ou por pessoa cuja condição econômico-social seja manifestamente superior à da vítima.
- c) quando cometidos em detrimento de operário ou rurícola; de menor de quatorze ou maior de sessenta anos ou de pessoas portadoras de deficiência mental interdidas ou não.
- d) ocasionarem grave dano individual ou coletivo.
- e) serem cometidos em época de grave crise econômica ou por ocasião de calamidade.

74. A respeito da criminalização da homofobia pelo STF, indique a alternativa correta:

- a) o Tribunal fixou prazo para o Congresso Nacional tipificar a homofobia e, durante a espera, tutelou os discursos de ódio utilizando os crimes contra a vida do Código Penal.
- b) o Tribunal fixou prazo para o Congresso Nacional tipificar a homofobia e, durante a espera, tutelou os discursos de ódio utilizando os crimes contra a honra do Código Penal.
- c) o Tribunal ampliou o conceito de raça para incluir a raça social, viabilizando, via hermenêutica, a tutela penal da homofobia e transfobia.
- d) o Tribunal criou um tipo penal novo, com preceito primário e secundário, mas não inovou com uma nova lei em sua integralidade.
- e) o Tribunal criou uma nova lei em sua integralidade e, em seu bojo, tipificou a homofobia.

75. Assinale a alternativa que apresenta o atual posicionamento do Supremo Tribunal Federal com relação à posse de droga para consumo pessoal, prevista no art. 28 da Lei n.º 11.343/2006, no qual, para a Corte Suprema, tal conduta foi

- a) descriminalizada
- b) descarcerizada
- c) transformada em ilícito administrativo por razões de saúde pública
- d) transformada em norma de constitucionalidade diferida
- e) despenalizada

## CRIMINOLOGIA

Luciana Peixoto

76. Assinale a alternativa correta sobre o conceito de crime:

- a) A Lei 7.643/87, que criminaliza a conduta de molestar cetáceo, aplicando pena de 2 a 5 anos de reclusão e multa, é criticada por Sérgio Salomão Shecaira por ser decorrente de um fato isolado no litoral do Rio de Janeiro, onde um banhista introduziu um palito de sorvete no orifício de respiração de um filhote de baleia que estava enalhado, sendo assim, falta a

característica de incidência aflagrada na sociedade para que o fato seja considerado crime para Criminologia.

b) A Criminologia se vale de um conceito formal e normativo, imposto por exigências inexoráveis de legalidade e segurança jurídica: delito é toda conduta prevista na lei penal e somente a lei penal castiga.

c) O Direito Penal utiliza o conceito de "conduta desviada", que toma como referência as expectativas sociais. Desviado será um comportamento concreto na medida em que se afaste das expectativas sociais em um dado momento, enquanto contrarie os padrões e modelos da maioria social.

d) Garofalo, em seu intento de criar um conceito material de crime que pudesse sobreviver às transformações temporais e espaciais, criou um conceito de "delito natural" como: "uma lesão daquela parte do sentido moral, que consiste nos sentimentos altruístas fundamentais (piedade e probidade) segundo o padrão médio em que se encontram as raças humanas superiores, cuja medida é necessária para adaptação do indivíduo à sociedade".

e) O pensamento positivista chega a negar a existência de um delito, por entender que este só tem uma natureza "definitorial", isto é, tratar-se-ia da etiqueta que o seletivo e discriminatório sistema legal atribui a certos autores e não das qualidades negativas de certos comportamentos.

77. Nos últimos anos presenciamos no Brasil diversas operações desafiadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público que levaram à prisão de políticos e grandes empresários por crimes como: corrupção, lavagem de dinheiro, concussão, crimes licitatórios, desvio de verbas públicas, falsidades documentais, entre outros. Sobre os crimes de colarinho branco é incorreto afirmar que:

- a) A definição "*White Collar Crime*" foi utilizada pela primeira vez pelo sociólogo Edwin Sutherland baseando-se no sentido do livro de Albert Sloan e Boyden Saparkes que tratava dos altos executivos e homens de negócios, que denominavam "*White Collar Man*", tendo publicado a sua obra "*White Collar Crime*" em 1949.

### 3º Simulado - Delegado da PCPR 30/05

b) Os danos decorrentes dos crimes de colarinho branco são em regra dirigidos a vítimas determinadas que se sentem intimidadas a realizarem a comunicação oficial do crime.

c) Trata-se de crime cometido por pessoas de elevado status social, que os cometem no exercício da profissão.

d) Esse tipo de crime não pode ser explicado pela pobreza ou outros exemplos de desorganização social.

e) O criminoso do colarinho branco analisa uma oportunidade de praticar um crime por meio de questões como: a dimensão do ganho, a dimensão do risco, a compatibilidade com seus ideais e valores, e a comparação com outras oportunidades legítimas e ilegítimas.

**78.** Sobre as Teorias do Consenso assinale a alternativa correta:

a) Com relação ao conceito de áreas de delinquência, desenvolvido na Escola de Chicago, Clifford Shaw afirmou que: "A decidida concentração de casos de delinquência em determinadas áreas da cidade parece sugerir a probabilidade de uma estreita relação entre certos ambientes da comunidade e a formação de padrões delinquentes de comportamento".

b) Albert Cohen foi o expoente da Teoria da Subcultura Delinquente, que tem como pressuposto as leis da imitação, de Gabriel Tarde. Defende que o comportamento humano, regra geral, é aprendido pela observação do comportamento alheio; quer dizer, existe uma propensão do ser humano a imitar o que os outros fazem, e, em alguns casos, até mesmos repassar esse aprendizado. Isso também se aplica ao comportamento criminoso, que se perpetua através da relação de ensino-aprendizado, resultando numa socialização incorreta do indivíduo.

c) A ausência do utilitarismo da ação, malícia da conduta e negativismo são características dos comportamentos criminosos, defendidos Robert King Merton na Teoria da Anomia.

d) É possível resumir o pensamento de Edwin Sutherland da seguinte forma: o crime é um fenômeno social normal, pois presente em todas as sociedades; a punição do crime também é normal, pois almejada em todas as sociedades; a anomia (crise de valores, ausência

de normas e da solidariedade) é catalisadora do aumento da criminalidade.

e) Merton prevê cinco tipos de adaptação individual perante os objetivos culturais ínsitos à sociedade: conformidade, ritualismo, retraimento, inovação e rebelião. A rebelião diz respeito os indivíduos que renunciam os objetivos culturais e não se ajustam as normas sociais, tornam-se assocializados.

**79.** "A Polícia Civil do Paraná já deflagrou diversas ações de prevenção ao coronavírus e de combate a crimes relacionados com a pandemia, desde que as medidas restritivas foram anunciadas no Estado, no dia 16 de março. As atividades policiais evitaram eventos com aglomeração de pessoas, resultaram em prisões e apreensões de produtos adulterados.

Na Capital, a Polícia Civil e a Guarda Municipal evitaram que um evento público acontecesse no Largo da Ordem. Com o objetivo de "propagar o vírus", o evento estava sendo convocado pela internet por um jovem de 24 anos. No dia 18 de março ele foi identificado e chamado para prestar esclarecimento. Foi autuado por infringir a lei destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa."

O texto acima foi vinculado no site da Agência de Notícias do Paraná e diz respeito a prevenção criminal classificada como:

a) Intervenção positiva no infrator

b) Primária

c) Secundária

d) Terciária

e) Dissuasória

**80.** A maioria dos dados estatísticos oficiais não podem ser considerados como irrefutáveis ou absolutos, tendo em vista os inúmeros obstáculos que se apresentam para sua efetiva constatação. Sobre esse assunto, marque a alternativa correta:

a) As cifras cinzas são os crimes praticados por funcionários públicos, com abuso de poder, que não chegam ao conhecimento dos órgãos fiscalizadores, como as ouvidorias e corregedorias, pelo fato da vítima ter receio de represália.

### 3º Simulado - Delegado da PCPR 30/05

- b) A criminalidade real corresponde à quantidade de delitos noticiados aos órgãos oficiais de fiscalização, ou seja, é o total de crimes que chegou ao conhecimento do Estado.
- c) O processo de atrição consiste no distanciamento progressivo entre as cifras nominais e as cifras negras da criminalidade, em que o subproduto é a constatação da diferença entre a criminalidade real e a apurada em estatísticas oficiais.
- d) A criminalidade revelada corresponde à totalidade efetiva de delitos perpetrados pelos delinquentes.
- e) As infrações penais praticadas pela elite, não reveladas ou apuradas; trata-se de um subtipo da “cifra negra”, chamado de “cifra-amarela”, a exemplo do crime de sonegação fiscal.

#### DIREITO CIVIL

Lhaís Hamid

**81.** De acordo com o Código Civil Brasileiro, analise as afirmativas a respeito dos efeitos da posse.

I. A autodefesa da posse, para ser legítima, exige que o desforço ocorra em ato imediato e que não vá além do indispensável à manutenção, ou restituição da posse.

II. A alegação da exceção de propriedade no juízo possessório obsta à manutenção ou reintegração na posse.

III. O direito de retenção consiste em poder o possuidor de boa-fé conservar a coisa em seu poder, até ser reembolsado do valor das benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias.

IV. Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias e úteis, mas não lhe assiste direito de retenção.

Estão corretas as afirmativas

- a) I, II, III e IV.  
b) II e IV, apenas.  
c) I, apenas.  
d) I, II e III, apenas.  
e) nenhuma.

**82.** Nos termos do Código Civil, sobre a posse, assinale a alternativa correta:

- a) adquire-se no momento da celebração do contrato, mesmo que não seja possível o exercício, em nome próprio, de quaisquer dos poderes inerentes à propriedade.  
b) pode ser adquirida por terceiro sem mandato, dependendo, nesse caso, de ratificação.  
c) justa é a posse adquirida de boa-fé.  
d) não pode ser transmitida aos herdeiros do possuidor, mas apenas aos seus legatários.  
e) o possuidor com justo título tem por si a presunção absoluta de boa-fé.

**83.** O Código Civil trata dos vícios ou defeitos do negócio jurídico, que são divididos pela doutrina em duas categorias, os vícios da vontade ou do consentimento e os vícios sociais. Neste ponto, assinale a alternativa correta:

- a) Configura-se lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.  
b) Há estado de perigo quando, uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.  
c) Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, mas a mais prejudicada poderá reclamar indenização.  
d) O erro de indicação da pessoa ou da coisa, a que se referir a declaração de vontade, viciará o negócio, mas só pelos interessados poderá ser alegado.  
e) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma. Ressalvam-se os direitos de terceiros de boa-fé em face dos contraentes do negócio jurídico simulado

**84.** Sobre a posse, podemos afirmar:

- I. É justa a posse que não for violenta, clandestina ou precária.
  - II. É de boa-fé a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
  - III. Pode ser adquirida apenas pela própria pessoa que a pretende ou por seu representante.
  - IV. O possuidor de boa-fé tem direito, enquanto a posse durar, aos frutos percebidos.
- a) I e III.
  - b) I, II e IV.
  - c) I, II e III.
  - d) II e IV.
  - e) todas estão corretas.

**85.** X, pensando que em breve irá morrer, faz testamento, dispondo gratuitamente do próprio corpo em prol da Universidade Federal do Estado Y, para estudos científicos. Excepciona porém seu coração, pois pretende que esse órgão seja enterrado no túmulo de sua família. Esse ato

- a) é inválido, porque a disposição do próprio corpo após a morte é direito indisponível.
- b) é inválido, porque a disposição gratuita do próprio corpo só pode ter objetivo altruístico e não científico.
- c) é inválido, porque a disposição gratuita do próprio corpo, não pode ocorrer de forma parcial, como pretende X, mas apenas total.
- d) é válido, por ter objetivo científico, ser gratuito e por não ser defesa a disposição parcial do corpo após a morte.
- e) é válido porque a disposição do próprio corpo após a morte é ato discricionário do indivíduo, para qualquer finalidade ou objetivo, seja gratuitamente ou de forma remunerada.

## **DIREITOS HUMANOS**

**Ricardo Torques**

**86.** Os direitos humanos apresentam características próprias e que os distinguem de outros tipos de direitos, principalmente os que compõem o ordenamento jurídico interno. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos humanos foram afirmados em um único momento histórico.
- b) Os direitos humanos devem ser considerados no mesmo patamar hierárquico que os demais direitos positivados, sem qualquer forma de superioridade.
- c) A renúncia a direitos é de âmbito exclusivamente privado, de modo que não há qualquer impedimento ao indivíduo que deseja renunciar aos direitos humanos que lhe são garantidos.
- d) Aqueles que violam direitos humanos continuam a gozar da proteção prevista em normas que dispõem sobre tais direitos.
- e) Os direitos humanos e seus mecanismos de defesa podem sofrer prescrição.

**87.** A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos, reconhecendo a dignidade inerente a todos os membros da humanidade. Com base na DUDH, assinale a alternativa correta sobre os direitos assegurados:

- a) Ao prever que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, dotadas de razão e consciência, a DUDH demonstra suas influências jusnaturalistas.
- b) A Declaração veda que sejam estabelecidas distinções entre os indivíduos, salvo quando fundadas em condições políticas, jurídicas ou internacionais do país ou território a que pertencem.
- c) A Declaração veda, por completo, o exílio, qualquer que seja a sua fundamentação.
- d) Nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, fica garantido o duplo grau de jurisdição e a execução da pena após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

### 3º Simulado - Delegado da PCPR 30/05

e) De acordo com a DUDH, as eleições periódicas e legítimas representam o único meio de expressão da vontade popular e, conseqüentemente, de base da autoridade do governo.

**88.** A Constituição Federal positiva vários direitos humanos em seu texto e, em razão da dinâmica social, os Tribunais Superiores são instados a pronunciar-se sobre a adequada interpretação e extensão do texto constitucional e infraconstitucional. Desse modo, assinale a alternativa correta:

a) No julgamento da ADI 3510, o Supremo permitiu a realização de pesquisas com a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro, ainda que sem o consentimento dos genitores.

b) A interrupção da gravidez, ou antecipação terapêutica do parto, passou a ser permitida no Brasil indiscriminadamente, a depender da vontade da gestante.

c) A exigência do diploma de jornalismo era considerada uma exigência que feria a liberdade de imprensa e, por este motivo, o Supremo afastou tal cobrança.

d) É possível a instauração de procedimento criminal originado apenas em documento apócrifo.

e) Havendo dano à imagem, apenas o autor do escrito será civilmente responsável pelo ressarcimento, de modo que o proprietário do veículo de divulgação está isento de qualquer responsabilização.

**89.** A Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, aprovada pelo Congresso Nacional em 1989, encontra fundamento na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Sobre a Convenção, pode-se afirmar corretamente que

a) Para impedir a prática de atos de tortura em qualquer território sob sua jurisdição, ao Estado Parte cabem apenas administrativos e judiciais.

b) A depender do caso concreto, podem ser invocadas circunstâncias excepcionais como justificação pela tortura.

c) O estado de guerra é considerado como causa justificadora para tortura.

d) O indivíduo poderá justificar um ato de tortura em obediência à ordem de um superior ou de autoridade pública.

e) Havendo razões substanciais para crer que uma pessoa corre perigo de ser submetida a tortura, o Estado Parte não procederá com a extradição desse sujeito.

**90.** A Constituição Federal prevê que os tratados internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. Assinale a alternativa que apresenta diplomas internacionais com esse status normativo:

a) Carta das Nações Unidas e Declaração Universal dos Direitos Humanos.

b) Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

c) Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso.

d) Convenção para Prevenção e Repressão do Genocídio e Estatuto de Roma.

e) Convenção Americana de Direitos Humanos e Carta Democrática Interamericana.

**INFORMÁTICA****Ranielison dos Passos**

**91.** Os periféricos são dispositivos acoplados ao computador de maneira interna ou externa que adicionam funcionalidades ao mesmo através dos drivers e software de manipulação. Sobre o assunto, selecione a alternativa ERRADA.

- a) O tamanho do monitor costuma ser medido em polegadas.
- b) As impressoras podem ser chamadas de multifuncionais quando, além da capacidade de imprimir, apresentam a capacidade de escanear, de receber fax ou de fotocopiar.
- c) Os drivers da impressora devem ser instalados a cada impressão.
- d) É possível conectar duas impressoras em um mesmo computador.
- e) Uma maneira possível de conectar um periférico é por uma entrada USB.

**92.** Considerando o sistema operacional Linux, o usuário poderá operar o sistema através de códigos, comandos de texto. O comando pwd permite:

- a) trocar a senha do usuário.
- b) analisar o estado de uma impressora.
- c) enviar mensagem pela rede.
- d) visualizar um arquivo texto.
- e) descobrir qual é o diretório atual.

**93.** Utilizando o LibreOffice Writer, em português e configuração padrão, o usuário inseriu a numeração de páginas no cabeçalho do documento e digitou duas páginas de texto. Na terceira página, deseja recomeçar a numeração em 1. Para realizar essa ação, ele deverá posicionar com o cursor no final do texto da segunda página, e clicar no menu

- a) Formatar e na opção Número da página.
- b) Ferramentas e na opção Numeração de páginas.
- c) Inserir e na opção Quebra manual.
- d) Referências e na opção Numerar páginas.
- e) Inserir e na opção Numeração de páginas.

**94.** Um usuário está utilizando o navegador Google Chrome em português, em condições ideais, e deseja desativar o mecanismo de salvar senhas da web automaticamente. Para acessar este serviço, o usuário deve digitar na barra de endereços do navegador:

- a) chrome://system/
- b) chrome://inspect/#devices
- c) chrome://configurações/
- d) chrome://components/
- e) chrome://settings/

**95.** Considere a planilha abaixo, digitada no LibreOffice Calc, em português.

	A	B
1		
2	Investimento	Lucro
3	1000	30
4	2000	-50
5	9000	290
6	7800	-120
7	10897	1200
8	20897	

Para somar na célula B8 os valores do intervalo de A3 a A7, somente quando os valores correspondentes do intervalo de B3 a B7 forem positivos, utiliza-se a fórmula

- a) =SE((B3:B7)"<0";SOMA(A3:A7))
- b) =SOMASE(B3:B7;">0";A3:A7)
- c) =SE((B3:B7)<0;SOMA(A3:A7))
- d) =SOMASE(A3:A7;">0";B3:B7)
- e) =SOMASE((A3:A7)>0;B3:B7)

## MEDICINA LEGAL

Alexandre Herculano

96. Foi encontrado um cadáver de um adulto do sexo masculino, sem identificação, já com mancha verde abdominal e flacidez generalizada. Apenas por essas características, pode-se concluir que a morte se deu

- a) entre 12 e 24 horas.
- b) entre 18 e 36 horas.
- c) entre 48 e 72 horas.
- d) acima de 72 horas.
- e) acima de 96 horas.

97. A capacidade de diagnosticar e medir a dor sempre foi um desafio da Medicina Legal. Os antigos legistas, diante da alegação da dor sem evidência de traumatismo ou de qualquer alteração sugestiva de doença, voltam-se para o estudo da mímica, para os batimentos cardíacos, para o pulso e para a pressão arterial como elementos capazes de sofrer modificações frente a uma sensação dolorosa. A algesimetria sempre foi o sonho da legisperícia. Ainda hoje, usam-se os chamados sinais da dor. São eles, EXCETO:

- a) Sinal de Mankof
- b) Sinal de Levi
- c) Sinal de Wilson Johnston
- d) Sinal de Müller
- e) Sinal de Imbert

98. Trata-se uma droga alucinógena, ou seja, psicodisléptica.

- a) O opiáceo
- b) O MDMA
- c) O barbitúrico
- d) O LSD
- e) A anfetamina

99. A perícia, segundo seu modo de realizar-se, pode ser “peritia percipiendi” ou “pericia deducendi”. Assim, a pericia percipiendi é

- a) uma perícia já realizada, o que para alguns constitui-se em um Parecer.
- b) aquela sobre o fato a analisar.
- c) aquela em que é feita sobre fatos pretéritos com relação aos quais possam existir contestação ou discordância das partes ou do julgador. Aqui o perito é chamado para avaliar ou considerar uma apreciação sobre uma perícia já realizada.
- d) aquela procedida sobre fatos cuja avaliação é feita baseada somente em perturbações produzidas por doença.
- e) aquela realizada em juízo.

100. O médico legista, ao analisar um ferimento perfurocontuso ocasionado por disparo de arma de fogo nas costas do cadáver, verificou principalmente as seguintes características: forma ovalar e halo de tatuagem concentrado na parte inferior e disperso na parte superior. Assinale a alternativa que representa uma conclusão correta do médico legista com base nessas características analisadas.

- a) O disparo foi encostado e inclinado de cima para baixo
- b) O disparo foi encostado e inclinado de baixo para cima
- c) O disparo foi a curta distância e inclinado de cima para baixo
- d) O disparo foi à distância e inclinado de cima para baixo
- e) O disparo foi a curta distância e inclinado de baixo para cima

# Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Delegado-PCPR-30-05-20>

## ***Conheça nosso sistema de questões!***

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!*



## **Conheça nossos cursos**

[\*\*Cursos para Delegado da PCPR\*\*](#)